

## DEBATE

## UMA CIÊNCIA DA HISTÓRIA? (\*)

David LIGHTFOOT (Universidade de Maryland)

*ABSTRACT: The text claims that it is possible to have a partially scientific approach to language change in its ability to make predictions, as long as historian linguists work in partnership with their synchronic colleagues, who will provide them with a theory of grammar which can account for how the grammar of any natural language is attained under normal childhood experience.*

Uma ciência da história. Trata-se, sem dúvida, de dois termos bem pesados. Pretendo, porém, evitar a sobrecarga, na medida do possível, e não debater "ciência", por receio de nunca atingir o que desejo discutir aqui. De modo amplo, refiro-me a algum sistema de princípios - ou explicações fundamentadas em leis: não preciso de reflexões. Estarei defendendo a idéia de que, se se estuda a história da língua sob certas perspectivas, pode-se obter uma história parcialmente científica, de um tipo que não se obtém em outros uma definição mais refinada do que esta para os propósitos destes domínios convencionais da história - e, na verdade, na maioria das formas de história da língua - a despeito de extenuantes e equivocadas afirmações ao contrário.

Houve, na Inglaterra do século XVII, imensas mudanças políticas que culminaram com a Guerra Civil de 1642-51 e a Revolução Gloriosa de 1688-89. Pode-se perguntar se isso de fato chegou a ser uma revolução. Em caso afirmativo, que tipo de revolução? Laurence Stone (1992) distingue quatro formas de abordar esta questão. Os historiadores "Whig" (McCawley, Trevelyan, Margaret Judson) viram esses acontecimentos como consequência de uma luta das classes abastadas pela liberdade de expressão, pela restrição do poder de cobrança de impostos pelo parlamento eleito e pela redução dos poderes tirânicos dos monarcas. O resultado foi a

vitória de uma oligarquia de proprietários de terras e títulos, estendida, nos séculos XIX e XX, às classes média e trabalhadora e às mulheres. Os historiadores sociais (R.H.Tawney, Christopher Hill) viram naqueles acontecimentos a guerra de classes, com a ascensão dos capitalistas burgueses que buscavam uma maior participação nos assuntos nacionais e na proteção de seus próprios direitos de propriedade. As forças históricas determinantes eram as econômicas, demográficas e sociais, merecendo pouca atenção por parte desses historiadores a política propriamente dita, as disputas na corte/parlamento, os assuntos legais, constitucionais e religiosos.

Os dois modelos foram derrubados, na década de 70, pelos "revisionistas" (Geoffrey Elton, Conrad Russel, Kevin Sharpe), para quem a Guerra Civil e a Revolução Gloriosa não passaram de acidentes fortuitos, dissociados de processos políticos e sociais fundamentais. Esses historiadores rejeitaram todas as causas estruturais de longo termo, concentrando-se unicamente em acidentes pessoais e faccionários na alta política (a personalidade política do rei etc.); não teria havido, pois, maiores tendências conduzindo à guerra civil e à revolução. Nos anos 80, os "contra-revisionistas" argumentaram que a alta política "acidental" dos revisionistas só fazia sentido no contexto dos conflitos ideológicos sobre lei, liberdade, política externa e religião. Mostraram que cópias de documentos políticos "chave" (incluindo debates parlamentares) circulavam largamente entre a pequena nobreza, os pequenos proprietários rurais e cidadãos proeminentes, embora não haja muita evidência documental de debates sobre os tópicos examinados pelos historiadores Whig. Isso, entretanto, não significa que os debates não tenham se realizado: afinal, se a punição por falar sobre liberdade era a perda das orelhas ou a prisão perpétua, o silêncio dos documentos não pode ser sinal de consenso.

Os historiadores continuam a debater a questão e estão constantemente reinterpretando os dados conhecidos e descobrindo outros, conscientes de que "a observação inocente e neutra é um

mito" (nas palavras de Sir Peter Medawar). Alguns distinguiram a perspectiva global do pára-quadista da atenção focalizada do caçador de trufas, defendendo o argumento de que a boa história precisa do melhor de ambas as perspectivas, além de várias outras que se encontram entre esses dois extremos. Ao adotá-las, os historiadores sociais, políticos e econômicos (com exceção talvez dos marxistas dogmáticos) não buscam explicações baseadas em princípios para o que estão descrevendo: pelo contrário, buscam esclarecer o porquê dos eventos, o que os influenciou e como eles se relacionam entre si.

E o que dizer sobre a história biológica, a evolução? Será a biologia evolutiva uma ciência? Em caso afirmativo, de que tipo? A evolução é contingente. Entretanto, não é o caso de pensar que organismos simples tenham sofrido, com o tempo, um aumento estável em diversidade e complexidade, que conduziu inevitavelmente a um animal inteligente, falante, capaz de usar ferramentas - nós. Se pudessemos reencenar toda a evolução dos animais, "não há garantia - na verdade, nenhuma probabilidade - de que o resultado seria o mesmo" (Smith, 1992). A contingência da evolução depende parcialmente do fato de que as mutações têm efeitos diferentes - que podem ser ampliados. "Assim, uma mudança casual numa simples molécula pode, se estiver presente num ovo fertilizado, alterar a natureza do indivíduo que se desenvolve: a seleção natural pode, então, ampliar uma mudança num indivíduo para uma mudança numa população inteira. Esta ampliação de eventos quânticos, combinada com a imprevisibilidade do meio-ambiente, torna impossível prever o futuro distante, embora ainda possa ser possível explicar a evolução em retrospecto"(Smith, *op. cit.*).

Se se pudesse reencenar a evolução, poder-se-ia prever que muitos animais desenvolveriam olhos, porque os olhos, de fato, evoluíram muitas vezes em vários tipos de animais; que alguns desenvolveriam a habilidade de voar, porque o vôo evoluiu quatro vezes em duas espécies (embora não se possa ter certeza, pois os animais poderiam nunca ter alcançado terra firme). Não se pode

predizer quais espécies sobreviveriam e herdariam a Terra, e é muito improvável que seres humanos exatamente como nós evoluíssem num experimento desse tipo.

Algumas vezes é possível explicar eventos sem paralelo, como, por exemplo, o fato de que a extinção dos dinossauros foi causada por uma colisão de meteoritos (o que pode ser questionável no futuro, sem sombra de dúvida). Mas as origens evolutivas são mais difíceis de explicar, como fica claro para quem quer que tenha acompanhado discussões recentes sobre a origem da linguagem, em que as idéias centrais não podem ser testadas.

A biologia evolutiva tem uma teoria sobre o mecanismo da mudança baseada em leis de hereditariedade, no conceito de seleção natural e na teoria da genética populacional. Ela depende, portanto, de elementos científicos e pode ser descrita como a história científica de uma forma que a história humana não pode. Não há, porém, qualquer base real para determinismo, qualquer base para predizer que, sob determinadas circunstâncias, um organismo específico evoluirá e proliferará.

À luz desses fatos, o que se pode dizer da história da língua? Temos nossas analogias com os fatos que mencionei sobre a história humana e a história evolutiva. Certamente, temos de nos engajar no tipo de interpretação pelo qual os historiadores do século XVII lutam. E a história da língua é certamente contingente e sujeita a acidentes de influência ambiental e a idiossincrasias. Afinal de contas, o latim falado em Barcelona resultou no catalão, enquanto o latim falado em Veneza tornou-se mais tarde veneziano. Mas nosso campo de estudos identificou-se de início com tal, proclamando que a história da língua era regida por leis, ainda que a noção de lei (Lei de Grim, Lei de Verner e daí por diante) pouco tivesse a ver com a Lei de Boyle ou a lei da gravidade; o termo referia-se a mudanças fonéticas específicas ou "correspondências" que afetavam determinadas línguas em determinadas épocas. De qualquer forma, supunha-se que as línguas mudassem de forma sistemática, e os

lingüistas, sempre estiveram envolvidos com questões relativas a explicações.

É provável que, em tempos recentes, a mais completa discussão a este respeito se deva a Lass (1980). Sua preocupação foi tentar explicar como as línguas mudam historicamente, pressupondo que as explicações científicas pudessem se definir de modo abstrato, livres de contexto, fossem elas nomológico-dedutivas ou outra coisa qualquer. Como as leis são essenciais a tais explicações, Lass procurou 'leis desenvolvimentais' e 'explicações diretas da mudança lingüística', não encontrando nenhuma que satisfizesse seus padrões. A maior parte do livro ataca tentativas de explicar a mudança lingüística com base na "naturalidade" e em "funções" teleológicas. Se uma determinada propriedade  $p$  é "natural" ou estatisticamente comum, pode-se explicar uma mudança em que  $p$  emerge; não se pode explicar uma mudança em que  $p$  não se aplica ou aplica-se menos do que antes de a mudança ter ocorrido. Noções funcionais, como a facilidade de pronúncia, são simplesmente não preditivas - podem explicar algumas mudanças, mas não aqueles casos em que a pronúncia não se torna mais fácil. Assim, leis desenvolvimentais baseadas nessas noções são inadequadas.

Uma outra maneira de olhar o fenômeno é observar que algumas mudanças na língua são resultantes do contato com outras línguas (há pouquíssimos casos bem estabelecidos na literatura, mas vamos admitir que eles possam existir) ou por expressões novas que se estabelecem na língua, à medida que os falantes buscam formas pouco usuais ou extravagantes. Além disso, o uso de algumas construções pode mudar em frequência de ocorrência. Não se pode prever o desenvolvimento do português a menos que seja possível mostrar que influências estrangeiras se sucederão e que novas expressões, uma vez adotadas, sobreviverão. Portanto, a história lingüística não pode ser determinada por fatores estruturais apenas. Não se pode fazer uma boa descrição do estado atual da sua língua favorita e esperar que os historiadores forneçam um programa de

computador capaz de predizer o estado dessa língua em, digamos, duzentos anos... a despeito das fantasias secretas a esse respeito que se podem ouvir nas conversas informais durante conferências sobre mudança lingüística. Neste caso, se se consideram fatores lingüisticamente imprezíveis como resultantes do acaso, pode-se perguntar se a mudança deve ser atribuída apenas ao acaso.

A resposta de Lass para esta questão foi essencialmente SIM. Ele fez uma crítica acurada aos esforços para encontrar leis históricas, mas desesperou-se e decidiu que só poderia perseguir um "programa de pesquisa metafísico". O notável a respeito desse livro foi sua preocupação exclusiva com a natureza da mudança lingüística e seu total descaso em relação àquilo que muda. É como se um biólogo tentasse explicar a mudança evolutiva num organismo sem levar em conta sua estrutura interna. O pessimismo de Lass em relação à lingüística histórica foi uma conseqüência do fato de ele ter adotado uma visão por demais estreita. Podemos corrigir este erro, mas, primeiramente, vejamos os antecedentes do autor.

Começamos, naturalmente, no século XIX, quando nossa área foi definida como uma disciplina independente. A questão central de pesquisa era: como uma língua chegou a ser do jeito que é? Esta questão tornou-se central, inicialmente na Alemanha, em conseqüência de um movimento intelectual do final do século XVIII até meados do século XIX - a que nos referimos hoje como Romantismo - que focalizou as origens étnicas e culturais de vários fenômenos. Como a raça, a língua e a cultura eram tidas como intimamente relacionadas, a reconstrução da pré-história do alemão atraiu o temperamento romântico. Estes laços ficariam bem claros na obra de Herder e Grimm.

Os trabalhos sobre a história da língua nesse período refletiam os dois modelos dominantes em relação àquilo que a ciência deveria ser: a mecânica newtoniana e a teoria da evolução de Darwin. (Refletia igualmente a influência de Hegel, como ficou explícito no trabalho de Schleicher sobre o 'Sprachgeist'; Schleicher chegou até nós como um

dos grandes "vilões", mas, embora tivesse morrido aos 47 anos, foi muito influente em seus dias, como se deduz dos comentários introdutórios em Lehmann (1967, pp 87-89). Para Newton, todos os fenômenos eram passíveis de descrição por leis determinísticas de força e movimento, de tal maneira que todos os estados futuros eram, em princípio, predizíveis a partir de um conhecimento completo do estado presente. Isso inspirou a noção de leis fonéticas para descrever a história das mudanças. O termo 'Lautgesetz' foi cunhado em 1824 por Franz Bopp, que chegou a oferecer uma explicação mecânica para as alternâncias 'Ablaut' invocando a "lei da gravidade" em conexão com o diferente "peso" das sílabas. O conceito de lei fonética tornou-se mais rigoroso com o decorrer do século, até que eventualmente (1876) passasse a ser considerado sem exceção.

Darwin, ele próprio inspirado pelos trabalhos em história lingüística, inspirou por sua vez os lingüistas a conceberem as línguas como organismos naturais, ao lado das plantas e animais. Isso ficou explícito nos escritos de Bopp, Schleicher e Pott. As famílias de línguas, as línguas, dialetos e idioletos do lingüista eram os gêneros, as espécies, variedades e indivíduos do biólogo. As línguas, como as espécies, competem entre si numa luta pela sobrevivência, segundo a visão de Schleicher, havendo inexoráveis leis de mudança a serem descobertas.

Como a descrevi até aqui, a concepção de língua no século XIX era totalmente não-psicológica. Pelo contrário, havia leis da história a serem encontradas. Os neogramáticos, que constituíram o ponto culminante desse paradigma de pesquisa, enfrentaram uma série de problemas. Havia regularidades de mudança que não poderiam ser explicadas em termos puramente fonéticos, o que sugeria não ser exatamente a língua o que estava mudando mas sim algum tipo de sistema abstrato. Além do mais, eles não podiam associar a mudança sintática a algo relacionado a leis fonéticas, por razões baseadas em princípios, como discuti em Lightfoot (1979). Entretanto, até onde se sabe, esses problemas assumiram pouquíssima (se é que tiveram

alguma) importância na época. Ao contrário, havia muito debate sobre as causas da mudança, e é aí que estão os problemas. As mudanças eram consideradas direcionais ... como na biologia, em que a substituição de uma espécie por outra resulta de uma mutação que dá origem a um organismo que tem mais êxito na luta pela sobrevivência. Rask (1818) achava que as línguas se tornavam mais simples. Schleicher (1848) identificava uma progressão a partir de tipos isolantes para aglutinantes e, em seguida, para flexionais, embora isso valesse para sociedades pré-alfabetizadas, enquanto a campanha de Rask pela simplicidade fosse relevante para sociedades já alfabetizadas. Havia concordância generalizada de que a mudança lingüística seguia leis desenvolvimentais fixas e de que havia uma direção para a mudança, conquanto houvesse forte discordância quanto a que direção era essa, o que constituiu assunto de calorosos debates. Mais tarde, o conceito de direcionalidade cairia por terra.

Bopp e Grimm adotaram uma crença mística no 'Sprachgeist' de Hegel, que existia acima e além dos indivíduos. Tal crença foi atacada por Paul (1880): 'todos os processos psíquicos são executados nas mentes dos indivíduos e em nenhum outro lugar. Nem a mente racial (Volksgeist) nem elementos da mente racial, tais como a arte, a religião etc. têm uma existência concreta, e, conseqüentemente, nada pode ocorrer neles ou entre eles. Portanto, fora com essas abstrações.

A idéia de que as línguas se tornam mais simples / mais naturais / mais fáceis de pronunciar era em primeiro lugar circular: "mais simples" etc. seria a direção na qual as línguas mudam, não havendo qualquer definição independente nesse quadro puramente historicista. Em segundo lugar, ela não explica por que uma determinada mudança deveria ocorrer quando ocorre (cf. gravidade!), Mais uma vez discutiu-se esse tipo de causalidade na literatura contemporânea e houve uma tentativa de quebrar o círculo invocando a psicologia. Assim, Grimm (1848) explicou sua lei de mudanças consonantais como 'relacionadas com o imenso progresso e a luta do alemão pela liberdade .... a invencível raça germânica estava se tornando cada vez

mais vividamente consciente da ininterruptibilidade de seu avanço por toda a Europa... Como poderia tão poderosa mobilização da raça deixar de agitar sua língua ao mesmo tempo, sacudindo-a de sua rotina tradicional e engrandecendo-a? Não há uma certa coragem e orgulho no fortalecimento de uma oclusiva sonora em uma oclusiva surda e no de uma oclusiva surda numa fricativa?' Esse tipo de explicação era comumente aceito pelos contemporâneos de Grimm. Isso pode parecer um tanto estranho, mas não difere substancialmente da afirmação de Jespersen, segundo a qual a mudança de sentido de like (em que o tema era sujeito e o experienciador, uma forma oblíqua, the pears like the king, e os papéis temáticos acabaram por se inverter) era devida a um 'maior interesse nas pessoas do que nas coisas'; esta explicação foi repetida por McCawley (1976) e Tripp (1978).

Explicações desse tipo podem nunca ter tido muito a seu favor, mas curiosamente, resistiram e nunca foram firme e explicitamente refutadas. É preciso encará-las pelo que são: elementos psicológicos introduzidos numa teoria essencialmente historicista e não-psicológica, na tentativa de quebrar um estreito círculo e atingir algum nível de explicação. A psicologia nunca foi convincente. Em princípios do século XX, os dados da lingüística pareciam um punhado de mudanças fonéticas ocorridas por qualquer motivo, encaminhando-se para qualquer direção. A abordagem histórica não trouxera uma análise científica da língua como se tinha esperado, não havendo qualquer predizibilidade sobre as mudanças. O movimento psicológico de Paul, Jespersen et al. não conseguiu prover a necessária base de sustentação. Conseqüentemente, o programa não foi factível: não havia explicações disponíveis para os fenômenos observados, i.e., as mudanças históricas, e não havia uma ciência da história.

Quando o paradigma histórico foi abandonado nos anos 20, ocorreu um rancoroso ante-historicismo, particularmente nos trabalhos de Boas, Bloomfield e Sapir (embora tivessem sido

treinados na Alemanha). Sapir (1929) escreveu que a interpretação psicológica da mudança lingüística era 'desejável e até necessária', mas as explicações psicológicas em vigor eram inúteis e não se coadunam com o que sabemos de fato sobre o comportamento histórico da linguagem'. Bloomfield (1933, p.17) reclamou da circularidade da psicologização de Paul, dizendo que não havia qualquer evidência independente dos processos mentais além dos processos lingüísticos que eles deveriam explicar. Na verdade, Bloomfield, Sapir et al. não refutaram o paradigma histórico, nem mostraram que ele era seriamente inadequado; simplesmente o abandonaram por gerar resultados diminutos. O paradigma voltou-se para a psicologia a fim de evitar uma circularidade interna e depois fracassou pela inadequação da psicologia invocada. (Coisa semelhante ocorreu mais tarde com os estruturalistas, mas esta é uma outra história.)

Durante a era estruturalista, o estudo da mudança lingüística foi relegado a segundo plano, para reviver nas duas últimas décadas. Entretanto muitas das falácias do século XIX reapareceram e foi justamente sobre isso que Lass escreveu. Mais uma vez buscaram-se generalizações diacrônicas. Nos anos 70, muitos trabalhos concentraram-se na noção de 'deriva' ('drift'), originalmente devida a Sapir (1921, cap.7). Para ele, tal mudança representava a seleção inconsciente daquelas variações individuais que são cumulativas em alguma direção. Assim, ele atribuía a substituição de whom por who a três mudanças: o nivelamento da distinção sujeito-objeto, a tendência à ordem fixa das palavras e o desenvolvimento da palavra invariável. Sua preocupação era a de que, ao postular uma 'canalização' de tais 'forças', poder-se-ia estar imputando uma certa qualidade mística a essa história. Certamente, o trabalho moderno invocou o misticismo.

Robin Lakoff (1972), por exemplo, examinou mudanças em várias línguas indo-européias que apresentavam uma sintaxe superficial mais analítica e procurou combinar as três mudanças de

direção de Sapir em uma, enfatizando que o fenômeno não pode ser descrito como mudanças individuais em regras transformacionais ou outros elementos da gramática. Ao contrário, deve ser descrito como uma metacondição à maneira pela qual a gramática de uma língua como um todo mudará... Metaforicamente falando, esta metacondição instrui a língua a se segmentar onde for possível... Não fica absolutamente claro onde esta metacondição existe: nem como parte de uma gramática nem como uma condição universal sobre a forma das gramáticas. Tampouco fica claro como uma restrição à mudança dentro de um família de línguas - restrição que não é absoluta mas que é, contudo, influente - deve ser entendida. Não há, porém, outra forma de pensar nessas coisas: ou há tal condição, seja ela qual for, ou todas as línguas indo-européias foram sujeitas a uma surpreendente série de coincidências. A falácia aqui está em exigir uma explicação em primeiro lugar. Afinal, o que há de errado numa série de coincidências?

Ligeiramente menos mística é a abordagem às 'derivadas' baseada nas tipologias de ordem de palavras de Greenberg, que distinguem tipos de línguas transicionais e puros, definidos universalmente em termos de traços hierarquicamente ordenados. As línguas mudam de um tipo puro para outro perdendo ou adquirindo os traços relevantes na ordem especificada pelas hierarquias. Uma língua SVO pura, por exemplo, é essencialmente a imagem espelhada de uma língua SOV pura: a primeira tem ordem VO, Aux-V, nome-adjetivo e preposição-NP (ordenados de alguma forma), enquanto a segunda tem OV, V-Aux, adjetivo-nome, NP-preposição etc. Isso levanta a questão de como uma criança adquire uma língua que se posiciona exatamente a meio caminho entre SVO e SOV: como essa criança sabe se se trata de uma língua SVO mudando para SOV ou vice-versa? Como se dá conta de que sua geração deve empurrar a língua em direção, digamos, a um tipo SVO? Parece que a única resposta possível é postular algum tipo de memória racial, de tal forma que a criança saiba que esta é uma língua SOV mudando em direção a SVO. Isso é

presumivelmente o que Robin Lakoff tinha em mente ao postular uma 'metacondição à maneira pela qual a gramática de um língua como um todo mudará'.

Quer uma mudança individual seja parte de uma 'deriva' mais ampla quer não seja, sua causa deve ser localmente encontrada. Sapir sabia disso. Enquanto afirmava que uma substituição de whom por who era parte de uma mudança geral em direção a palavras invariáveis e da perda do sistema de casos, ele, não obstante, isolou quatro razões para esta mudança em particular: em primeiro lugar, whom não era percebido como pertencente ao conjunto de pronomes pessoais, que têm formas distintas para sujeito e objeto, mas ao conjunto de pronomes interrogativos e relativos, que não apresentam tal distinção; em segundo lugar, a natureza enfática dos pronomes relativos milita a favor de sua invariabilidade; em terceiro, uma forma oblíqua raramente ocorre em posição inicial; e, finalmente, [hu:m] era tido como foneticamente estranho antes das oclusivas alveolares de do e did. Estou aqui menos interessado na validade desta explicação do que na forma que Sapir achou que a explicação deveria ter. É muito diferente das idéias dos tipologistas dos anos 70, que afirmavam que noções como os contínuos SOV para SVO constituíam explicações diacrônicas; para eles, a mudança de direção era a própria força explanatória e não alguma coisa que exigia explicação, como para Sapir (veja Lightfoot, 1979, cap.7 para discussão).

Uma outra abordagem consistiu em pensar não em termos de mudança lingüística mas de mudanças nas gramáticas, sistemas abstratos de algum tipo. Desta forma podiam-se comparar as gramáticas de vários estágios de uma língua e identificar tendências. Assim, algumas pessoas afirmavam que, independentemente do que acontecesse superficialmente, as mudanças nas gramáticas eram essencialmente graduais. Outras afirmavam que as gramáticas tendiam a simplificar-se com o passar do tempo.

Em todas as abordagens discutidas até aqui, a meta era encontrar o que Lass chamou de 'explicações diretas para a mudança lingüística', i.e., generalizações que se explicassem historicamente. Mas não obteve êxito.

Houve, por outro lado, uma abordagem que buscava explicações não em termos de leis ou generalizações diacrônicas, mas em termos mais indiretos. Os que preferiram essa linha geral apelaram para noções da Gramática Universal, i.e., um conjunto de restrições à aquisição da linguagem. Mas, ainda assim, há erros fundamentais e grandes fracassos. Deysen & O'Neil (1985) argumentaram que o inglês mudou numa direção tal que 'a alomorfa superficial que existe num estágio anterior é eliminada na mudança histórica subsequente'(p.3). Eles encontraram uma tendência segundo a qual 'as regras se generalizam e as regras opcionais se tornam obrigatórias' e explicam o fato através da GU: 'sempre que possível, o dispositivo de aquisição da linguagem reduz o nível de opcionalidade, seja pela mudança de 'status' seja pela perda de regras'. Sua estratégia é identificar uma tendência histórica pela qual regras opcionais se perdem e sua explicação para tal tendência está na concepção da métrica avaliativa, de forma que as gramáticas com regras opcionais não são tão valorizadas quanto aquelas que não apresentam tais regras.

Em nenhum momento Keyser & O'Neil justificam as regras opcionais para a alomorfa de radicais, o que vicia seu argumento central. O fato de que algumas pessoas dizem tomeyto e outras, tomahto não motiva regras opcionais, se se reconhece que não existe algo como uma "gramática do inglês" que codifique tais alternâncias, mas simplesmente várias gramáticas de diferentes falantes entre si. Mesmo no caso de um inglês que more nos Estados Unidos e venha a usar, dependendo das circunstâncias, ambas as formas para tomato, isso não significa que sua gramática tenha uma regra relacionando as duas formas. Argumentar que falantes do inglês de 600 anos atrás tivessem tais regras é, naturalmente, mais difícil ainda. A mera

ocorrência de formas múltiplas num único texto não força tal conclusão, a menos que se demonstre que essas múltiplas formas não representam os efeitos usuais de transmissão textual, diferentes convenções ortográficas, etc. Estas questões merecem ser levantadas porque, se Keyser & O'Neil estão certos ao presumir que as regras podem ser opcionais ou obrigatórias, deve-se, então, perguntar como os aprendizes sem acesso a dados negativos. Se as regras podem ser opcionais, um lingüista poderia postular uma regra obrigatória para evitar a super-geração, i.e., para bloquear a geração de itens agramaticais. Como não se espera que as crianças tenham informação prévia sobre o que NÃO ocorre, é difícil imaginar como uma criança poderia saber que uma regra deve ser obrigatória.

Ainda que se demonstrasse que algumas regras opcionais se aplicariam obrigatoriamente em futuras gramáticas, isso não motivaria o acréscimo, na concepção da métrica avaliativa, da afirmação de que as regras opcionais são pouco valorizadas e, em conseqüência, gradualmente eliminadas. Seria necessária uma demonstração de que alguma geração de falantes teve uma regra obrigatória, a despeito da exposição à MESMA EXPERIÊNCIA NA INFÂNCIA que os falantes da geração anterior, para quem a regra se aplicava opcionalmente. Na falta de tal demonstração, fica-se à vontade para atribuir a nova gramática a uma diferente experiência desencadeadora na infância. A questão, então, passa a ser: por que a experiência desencadeadora na infância mudou para as duas gerações? Uma questão bem diferente. Novas formas podem ser introduzidas pelas mais diversas razões e podem incluir novos alomorfes. É então provável (mas, de modo algum, necessário) que uma ou outra forma eventualmente se espalhe e suplante a outra. Provavelmente não há razão para supor que este processo reflita um princípio genético que nos predispõe a evitar regras opcionais sempre que possível. Se as formas alternativas forem robustas no ambiente que cerca a criança, então formas múltiplas serão adquiridas.

Se alguma tendência geral é historicamente observada, não há razão para atribuí-la aos efeitos da GU - e muito menos achar que a GU deveria incorporar essencialmente um resumo dos fatos históricos. Não há razão para acreditar que esta seja uma forma confiável de descoberta dos princípios da gramática. O lamarckismo exerceu uma forte influência sobre os biólogos, que sempre caem na cilada de explicar desenvolvimentos evolucionários considerando traços adquiridos como herdados. Da mesma forma, os lingüistas históricos freqüentemente sucumbem à tentação de ver uma direcionalidade geral na mudança e de explicá-la ou invocando leis da história ou atribuindo efeitos históricos a predisposições genéticas. O caso específico oferecido por Keyser & O'Neil é particularmente estranho. Eles acreditam que 'a eliminação da opcionalidade constitui uma contribuição a simplificação de uma fonologia' (p. 86) e criam uma restrição dentro da GU que nos predispõe contra regras opcionais. No entanto, para que regras opcionais sejam perdidas, precisam em primeiro lugar ser introduzidas; ora, se temos uma predisposição a não adquirir regras opcionais, fica-se a imaginar de que maneira elas seriam inicialmente desencadeadas.

Tudo isso parece sugerir que os historiadores da língua estão distantes de uma história científica como os historiadores das ciências humanas e os evolucionistas. Não que estejam em má companhia, mas permitam-me apresentar alguns modestos argumentos e afirmar que nós temos, de fato, uma abordagem científica e que podemos, em algumas áreas limitadas, fazer predições.

Desde o nascimento, as crianças são expostas a um ambiente lingüístico que conduz à emergência de um sistema de conhecimento maduro que ultrapassa de longe sua experiência no período da infância. Uma gramática é o que caracteriza formalmente o conhecimento lingüístico maduro de um indivíduo. Sob tal perspectiva, uma teoria da gramática pode ser vista como a especificação de um conjunto de escolhas a ser feitas ante a exposição a um ambiente lingüístico. Para cada escolha, o lingüista

específica que tipo de experiência ou "dados" seriam necessários, apelando apenas para experiências robustas e simples à disposição da criança normal, e mostra como aquela escolha, uma vez feita, determina dados mais exóticos, aspectos do conhecimento que estão além da experiência da criança, o tipo de dados que se encontram em Linguistic Inquiry. Particularmente interessantes são os casos em que uma série de diferenças lingüísticas pode ser relacionada a uma única escolha teórica feita de modo diferente em gramáticas particulares. É aí que os dados da mudança lingüística se tornam relevantes.

As mudanças na língua freqüentemente se dão em grupos. Mudanças superficiais aparentemente desvinculadas podem ocorrer simultaneamente ou em rápida seqüência. Tais grupos podem manifestar uma única escolha teórica que tenha sido feita de modo diferente. Se este é o caso, a singularidade de uma mudança pode ser explicada pela escolha teórica apropriadamente definida. Assim, a definição dos parâmetros da GU (e os princípios de aquisição associados, veja abaixo) constitui as leis que Lass procurava para seu quadro científico. Qualquer mudança num dado fenômeno é explicada se se mostrar primeiro que o ambiente lingüístico mudou de tal forma que uma escolha teórica foi feita de modo diferente (digamos, uma mudança na atribuição de Caso) e, em seguida, que o novo fenômeno (talvez um significado diferente para um verbo) deve ser resultado de algum princípio da teoria e da nova atribuição de Caso.

O que em geral não podemos explicar é por que o ambiente lingüístico deveria ter mudado inicialmente. As mudanças ambientais são freqüentemente motivadas pelo que tenho chamado de fatores "do acaso", efeitos de empréstimos, mudanças na freqüência de formas, inovações estilísticas, que se espalham por uma comunidade e, quando temos sorte, são documentadas por estudos de variação. Mudanças desse tipo não refletem necessariamente mudanças na gramática, i.e., novas fixações de parâmetros. Mas, como uma teoria de aquisição que defina o leque de escolhas teóricas à disposição da criança e especifique como a criança pode fazer essas escolhas, pode-

se predizer que ela fixará determinado parâmetro de determinada forma quando exposta a certos elementos ambientais. Temos uma interação de acaso e necessidade, e com razão: algumas mudanças se devem ao "acaso" e algumas, à necessidade, ou seja, novas fixações de parâmetro. As explicações do historiador são baseadas na teoria de aquisição que nossos colegas sincrônicos traçam e não há princípios da história.

Nesse sentido, dependemos de nossos colegas sincrônicos. Tal dependência tem suas virtudes e vantagens. Tira-nos do círculo potencialmente vicioso que perturbou Lass. Podemos visualizar diferentes formulações da teoria da gramática e essas teorias podem diferir, dependendo de que mudanças históricas elas explicam e quais, dentre elas, são atribuídas ao acaso. Mudanças casuais e mudanças necessárias não aparecem rotuladas, embora haja pistas (por exemplo, mudanças em estruturas relativamente exóticas, como domínios de ligação encaixados, ou mudanças manifestadas pela obsolescência de certas estruturas ou ainda mudanças que ocorrem rapidamente e "catastroficamente" refletem provavelmente novas fixações de parâmetros; ver Lightfoot, 1991, para uma tipologia parcial de mudanças gramaticais e não gramaticais). Isso pode acarretar um problema de indefinição se, como Lass e a maioria dos historiadores, nos definirmos como historiadores e limitarmos nossa atenção às mudanças históricas, preocupando-nos apenas com teorias que expliquem fenômenos históricos. Evitamos este problema buscando uma teoria da gramática em colaboração com nossos colegas sincrônicos; tal teoria explica como a gramática de qualquer língua natural é adquirida dentro de uma experiência normal no período da infância - uma exigência empírica enormemente restrita.

Antes que isso se afigure como um campo dependente, em que os historiadores ficarão eternamente sujeitos aos caprichos dos teóricos sincrônicos, deixemos claro que os historiadores têm muito a ensinar a seus colegas. Os sintaticistas se mantêm embaraçosamente silenciosos em relação ao que leva à fixação dos parâmetros que eles

definem, o que é uma verdadeira incoerência. O que torna os estudos históricos tão interessantes a partir da perspectiva que delinee aqui é que, algumas vezes se podem identificar casos em que um parâmetro vem a ser fixado diferentemente num determinado estágio da história, digamos, do português. Com sorte, podemos identificar mudanças ocorrendo na língua imediatamente antes da re-fixação do parâmetro. Neste caso, se nossos dados são bons, podemos identificar exatamente o que levou à fixação do parâmetro desta ou daquela maneira e decifrar a experiência desencadeadora. Na verdade, parece-me que podemos aprender mais sobre a natureza da experiência desencadeadora a partir da mudança lingüística do que de qualquer outra maneira. E isso não é pouco, porque, a menos que os sintaticistas comecem a identificar como seus parâmetros são fixados pelas crianças, alguém vai pagar para ver e mostrar que o rei está nu.

Sob esta perspectiva, tem-se uma abordagem parcialmente científica da mudança lingüística. Os elementos científicos são, em primeiro lugar, o conjunto de parâmetros da GU, que definem como os fenômenos podem se agrupar na mudança diacrônica, e, em segundo, a teoria da fixação de parâmetros que especifica quais os dados necessários para fixar tais e tais parâmetros, ainda bastante embrionária. Neste sentido, temos uma abordagem da história significativamente mais científica em sua habilidade de predizer mudanças do que a dos historiadores das ciências humanas, evolucionistas e outros tipos de lingüistas que foram excessivamente historicistas e não psicológicos em suas análises diacrônicas.

Conforme relato de Gould (1991), a Universidade de Harvard dividiu as ciências segundo seu estilo procedimental e não segundo a disciplina convencional, i.e., não em físicas e biológicas, mas em "preditivas-experimentais" e "históricas". A divisão não deveria ser tão profunda. Os lingüistas persistiram nessa atitude por tempo demais, segregando os estudos históricos num gueto envelhecido, geralmente no final do corredor do departamento. Os resultados são descritos com desespero por Lass. Uma união apropriada, entretanto,

pode operar maravilhas e nos dar o direito de reivindicar uma abordagem científica para a história, o que nos tornará únicos.

(\*) Traduzido da versão original em inglês da conferência proferida na sessão plenária do 'workshop' sobre o ressurgimento da pesquisa diacrônica no Brasil, durante o encontro anual da ABRALIN, em julho de 1992.

(Recebido em 20/07/1993)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOOMFIELD, L. (1933) *Language*, New York: Holt.
- GOULD, S.J. (1991) *Bully for Brontosaurus*. New York: Norton.
- GREENBERG, J.H. (1966) "Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements." In: J.H. Greenberg, ed. *Universals of Language*. Cambridge, MA: MIT Press.
- GRIMM, J. (1848) *Geschichte der deutschen Sprache*, vol. 1. Leipzig: Weidmannsche Buchhandlung.
- JESPERSEN, O. (1927) *A modern English grammar on historical principles*, vol. 3. London: Allen & Unwin.
- KEYSER, S.J. & W O'NEIL. (1985) *Rule generation and optionality in language change*. Dordrecht: Foris.
- LAKOFF, R.T. (1972) "Another look at drift." In: R.P. Stockwell & R. Macauley, eds. *Linguistic change*. Cambridge University Press.
- LEHMANN, W.P. (1967) *A reader in nineteenth century historical Indo-European linguistics*. Bloomington: Indiana University Press.
- LIGHTFOOT, D.W. (1979) *Principles of diachronic syntax*. Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1987) "Review of Keyser & O'Neil 1985." *Language*, 63.1: 151-55.

- \_\_\_\_\_ (1991) How to set parameters: arguments from language change. MIT Press.
- McCRAWLEY, N. (1976) "From OE/ME 'impersonals' to 'personal' constructions: what is a 'subject-less' S?." In: S. Steever, C. Walker & S. Mufwene, eds. Diachronic syntax. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- PAUL, H. (1880) Prinzipien der Sprachgeschichte (8th edition). Tübingen: Niemeyer.
- RASK, R. (1818) Undersøgelse om det gamle Nordiske eller Islandske Sprogs Oprindelse. Copenhagen: Gyldendalske Boghandlings Forlag.
- SAPIR, E. (1921) Language. New York: Harcourt.
- SCHLEICHER, A. (1848) Über die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen. Weimar: Hermann Bohlau.
- SMITH, John Maynard. (1992) "Taking a chance on evolution." New York Review of Books, May 14.
- STONE, Lawrence. (1992) "The revolution over the revolution." New York Review of Books, June 11.
- TRIPP. (1978) "The psychology of impersonal constructions." *Glossa*, 12; 177-189.
- VENNEMANN, T. (1975) "An explanation of drift." In: C. Li, ed. Word order and word order change. Austin: University of Texas Press.

(Tradução de Maria Eugênia Lamoglia Duarte)